

PROCESSOS DE FORMAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DE MULHERES CAMPONESAS E MILITANTES NO MOVIMENTO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO PARANÁ – MPA-PR

Dr. Alessandro de Melo  0000-0001-6119-5081
Me. Adriana Cristina Müller  0000-0001-9973-3690
Me. Ana Cláudia Marochi  0000-0002-1863-0233
Universidade Estadual do Centro-Oeste

RESUMO: O presente artigo analisa a relação entre os processos de formação realizados no Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e a mudança de leitura de mundo, empoderamento e libertação de quatro mulheres camponesas militantes lideranças do MPA-PR. Para realizar este trabalho de investigação, utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e de campo, por meio de entrevistas semi-estruturadas. Realizou-se um breve histórico do surgimento e atuação do MPA, a relevância do Plano Camponês (2003)

como Projeto Social e Popular para o campo. Procura-se compreender o âmbito da formação, intencionalidade formativa, perspectiva emancipadora de construção de consciências de classe trabalhadora e camponesa, de identidades de classe e afirmação da classe. Como resultado explicitou-se a relevância da formação realizada pelo MPA para a ampliação da consciência de classe, constituição de identidades, empoderamento e libertação das mulheres militantes.

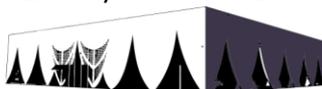
PALAVRAS-CHAVE: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Mulheres e militância; Formação da consciência de classe.

TRAINING PROCESSES IN THE CONSTRUCTION OF THE IDENTITIES OF PEASANT WOMEN AND ACTIVISTS IN THE MOVEMENT OF SMALL FARMERS OF PARANÁ - MPA-PR

ABSTRACT: This article analyses the relationship between the training processes carried out in the Movement of Small Farmers - MPA and the change of world reading, empowerment and liberation of four peasant women militant leaders of MPA-PR. To carry out this research work, we used as methodological procedures the bibliographic research, documentary research and field research, through semi-structured interviews. A brief history of the emergence and performance of the MPA was held, the

relevance of the Peasant Plan (2003) as a Social and Popular Project for the field. It seeks to understand the scope of formation, formative intentionality, emancipatory perspective of construction of working and peasant class consciousnesses, class identities and class affirmation. As a result, the relevance of the training carried out by the MPA for the expansion of class awareness, constitution of identities, empowerment and liberation of militant women was explained.

KEYWORDS: Movement of Small Farmers – MPA; Women and militancy; Formation of class consciousness.



1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento deste trabalho foi balizado pela perspectiva de tentar compreender a relação entre a leitura de mundo e constituição de identidades de quatro mulheres lideranças do Movimento de Pequenos Agricultores do Paraná - MPA-PR, e a contribuição dos momentos formativos realizados por este Movimento para o desenvolvimento ou ampliação da consciência e, principalmente o empoderamento destas mulheres. Para atingir os objetivos propostos, buscou-se apoio na abordagem da teoria social de Marx, como fonte de compreensão dos elementos macrossociais relacionados à questão camponesa. Utilizou-se ainda a análise documental e de literatura relativa ao MPA em geral, e no Paraná particularmente, procurando por esta via compreender e descrever o processo histórico de constituição deste movimento e seus processos formativos, bem como a inserção das mulheres no MPA e no MPA-PR. Por fim, utilizou-se entrevistas semiestruturadas com quatro lideranças do MPA-PR, para compreender suas trajetórias e como estas se entrelaçam com o fazer-se camponesas e militantes, buscando compreender como a entrada no MPA impactou nesta formação.

O artigo está dividido em duas partes, além desta Introdução. Na primeira trata-se da perspectiva histórica e de projeto político do MPA, além da análise e descrição da participação feminina no Movimento. Na última parte aborda-se as entrevistas com as quatro lideranças do MPA-PR. Em todo percurso este artigo propõe-se teórico-prático, não como um artigo acadêmico convencional, mas preocupado com a produção de uma análise concreta de um movimento social, mediada pelos elementos macrossociais que o determinam, bem como transversalmente relacionado à questão de gênero e sua vinculação política na constituição da produção da identidade camponesa, de mulher e militante.



2 MPA: CONSTITUIÇÃO E PERSPECTIVA DE ABORDAGEM

Tentar compreender os conflitos existentes no campo e os processos de resistência e resignificação dadas pelos/as camponeses/as nos seus territórios apresenta-se como um movimento complexo e, ao mesmo tempo, instigante para a pesquisa. Ao longo da história o modelo de desenvolvimento vigente no Brasil fomentou e fomenta processos de esvaziamento do campo, restando aos que nele permaneceram e permanecem, intensa ação de integração ao modelo urbanocêntrico. Os camponeses e camponesas, porém, configuram formas de resistência no e para o campo, e o MPA é um exemplo desta luta por manter o campesinato no campo, que é a única forma de manter sua identidade e modo de vida.

No bojo da intensificação do projeto neoliberal no campo na década de 1990, processo compreendido pelas transformações ocorridas no campo e nas relações sociais vivenciadas a partir da implementação do modelo tecnológico da revolução verde, que conduziu a sérios problemas e diversas crises, tais como: produção e abastecimento de alimentos, mudanças climáticas, epidemias de doenças crônicas relacionadas à alimentação com aditivos químicos, abastecimento energético entre outras questões e que atualmente é vendida sob a marca Agronegócio. Como processo de resistência ao avanço neoliberal no campo, em meio aos conflitos dele advindos, nasce em 1996, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA.

Fruto da organização dos pequenos agricultores, o MPA tem como ato político que afirma seu nascimento o grande Acampamento da Seca ocorrido no Rio Grande do Sul ao final de 1995 e início de 1996, grande seca que assolou o Rio Grande do Sul, parte de Santa Catarina e do Paraná e agravou ainda mais a situação dos agricultores familiares na região, intensificando o levante dos camponeses e camponesas, que se soma a um processo anterior de articulação, de crise dos sindicatos dos trabalhadores rurais, ascenso das lutas sociais populares e o avanço do neoliberalismo.



O MPA emerge como resistência em meio a conflitos, e pautando suas demandas imediatas, passando a se perceber como ator social e com a responsabilidade de propor mudanças significativas nas relações sociais de classe frente à forte investida do capital na desterritorialização dos camponeses e camponesas. Entre os elementos que configuram a expressão das conflitualidades entre os camponeses/as e o agronegócio, tem-se a compreensão de que o território não é apenas um espaço físico. Ao contrário, trata-se de:

Espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as idéias transformando em território até mesmo as palavras. As idéias são produtoras de territórios com suas diferentes e contraditórias interpretações das relações sociais. Os paradigmas são territórios. (FERNANDES, 2004, p.27).

Ao afirmar seu território material e imaterial, o MPA se apresenta como “[...] movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massas, autônomo, de luta permanente, cuja base social é organizada em grupos de famílias nas comunidades camponesas.” (MPA, 2005, p. 10). Como Movimento nacional, de luta, organização e resistência junto ao campesinato brasileiro, visa resgatar e ressignificar “[...] a identidade e a cultura camponesa, na sua diversidade, e se coloca ao lado de outros movimentos para a conquista do poder e a construção de uma nação soberana, animada pelo horizonte e pelos valores socialistas.” (MPA, 2005, p. 10).

Sua emergência em meio a grandes conflitos e reflexões sobre a identidade e o papel do campo e do campesinato conduz o MPA para um processo de amadurecimento e crescimento em dimensões de contingente participativo e em consciência política e de classe. Atualmente presente em 19 estados brasileiros (Alagoas - AL, Bahia - BA, Ceará - CE, Espírito Santo - ES, Goiás - GO, Mato Grosso - MT, Minas Gerais - MG, Pará-PA, Paraíba - PB, Paraná - PR, Pernambuco - PE, Piauí - PI, Rio de Janeiro - RJ, Rio Grande do Norte - RN, Rio Grande do Sul - RS, Rondônia - RO, Santa Catarina - SC, Sergipe - SE e São



Paulo -SP), o Movimento segue com um histórico de luta e organização digna de reconhecimento e registro.

A mensagem política afirma a produção de alimentos saudáveis, com respeito à natureza e para alimentar o povo brasileiro, o que vem se construindo em uma proposta, a partir do campo, para a sociedade como um todo, sintetizada no Plano Camponês (2003), que é o texto onde se encontra a identidade do campesinato como classe e seu projeto societário. Neste documento, o MPA considera que o campesinato possui três missões fundamentais: produzir alimentos saudáveis e diversificados para atender as necessidades de sua família e para a comunidade; respeitar a natureza, preservando a biodiversidade e buscando o equilíbrio ambiental; produzir alimentos para o povo trabalhador. (GÖRGEN, 2017).

A partir do processo de estudo que compreendeu o desenvolvimento e as origens do campesinato, o MPA lança aos camponeses e camponesas o desafio do enfrentamento de suas contradições internas e externas, visando a construção de um projeto político de campo. Constitui-se em uma luta política combinada com ações concretas que acumulam conhecimentos e experiências fundamentais para qualificar o projeto político, que se torna pedagógico ao demonstrar a possibilidade de outra forma de organização da produção, do abastecimento e do fortalecimento das comunidades camponesas, visando a superação dos problemas existentes e a afirmação de seus territórios. Esta luta afirma o campesinato como classe social, sujeito político com seu modo de produzir e de viver, fundamental alternativa para a humanidade.

De acordo com Görgen (2017, p. 431), o Plano Camponês (2003), é “[...] um projeto para reinventar, reorganizar, revolucionar e reconstruir a agricultura brasileira”, contraponto à proposta capitalista assumida pelo Estado para o campo (agronegócio), defendendo a valorização da agricultura camponesa, na perspectiva de um projeto popular que fomenta a distribuição da renda, uma



política de reestruturação econômica do campo e da cidade, a fim de promover a soberania alimentar.

O Plano Camponês (2003) aborda ainda elementos da produção, educação e formação, vida de qualidade, comunidade camponesa, soberania e contradições. Compreende-se este como um projeto popular estratégico amplo para a agricultura camponesa e para a sociedade em geral, considerando dois aspectos fundamentais: o modo de ser e de agir do camponês/a em sua relação com a produção (autoconsumo, diversidade e perspectiva das gerações futuras) e a natureza (manejo socioambiental sustentável). Entre os conceitos e formulações que embasaram a elaboração do Plano Camponês (2003), destacam-se:

Campepinato (sujeito social e político); Ocupação do território (redistribuição da população no espaço geográfico a caminho da superação da divisão campo-cidade); Nova base produtiva (Alimergia; Sistemas Camponeses de Produção; Centros Territoriais de Cooperação; Cooperação; Conhecimento, ciência e Tecnologia); Soberania (Alimentar, Energética, Genética (biodiversidade), Hídrica e Territorial); Campepinato, Estado e Governos; Lutas de caráter tático (I – Massas; II – Contratendência ao agronegócio; III – Políticas públicas antineoliberal, IV – Políticas públicas que supere a concepção industrial; V – Ligue campo e cidade); Estrategicamente; A crise vindoura (GÖRGEM, 2017, p. 444-447).

Neste sentido, o campepinato tem como desafio resistir para não ser desestruturado, realizando enfrentamentos nas ruas, com pressão política e social, pautando políticas públicas e dialogando com a sociedade sobre sua importância, e na roça, afirmando seu modo de ser e produzir. Entre os elementos que configuram sua resistência, Görgen (2017, p. 13-4) elenca:

Sabedoria e conhecimentos estratégicos; Organização e luta; Solidariedade e cooperação; Formação e consciência crítica; Ideais e propostas; Ideologia própria; Cultura e valorização do patrimônio cultural do nosso povo; Produção de comida saudável; Sementes crioulas; Produção agroecológica; Cuidado da natureza e do solo; Produção de comida para o consumo próprio; Agroindústrias camponesas; Comercialização direta da produção; Alegria e festa; Fé e esperança.



O MPA cumpre um papel de destaque na luta de classe e organização dos camponeses e camponesas, o que determina o jeito de ser, de lutar, de se formar, de se organizar, enfim, determina a prática política e o caráter da organização. A fim de garantir um processo amplo de desenvolvimento, o MPA tem na formação um dos eixos norteadores e expresso no Plano Camponês (2003). Compreende a formação como a teoria do conhecimento e do comportamento, bem como a busca pela elaboração de conteúdos que auxiliem nas transformações necessárias e na proposição de novas. A formação também é pensada na perspectiva de apropriação sistemática de conceitos que possibilitem interpretar a realidade numa leitura de classe, elevando o nível de consciência.

A tomada de consciência dos seres humanos está relacionada com os vínculos que estes estabelecem em seu entorno, seja estas relações políticas (a qual investiga as causas dos problemas, proporcionando a elevação no nível de consciência) ou de necessidades imediatas (se preocupando com as consequências dos problemas, permanecendo no senso comum), neste sentido a Formação – formar a ação/formar para a ação – demanda a materialização permanente da tríade prática-teoria-prática e, a efetiva formação da base é o que dá sustentação aos movimentos e possibilita o acúmulo de forças para que ocorram as mudanças necessárias (BOGO, 2009).

Neste sentido, a intencionalidade formativa objetivada pelo MPA pauta-se nos princípios-matrizes de processos totalizantes do trabalho, da terra, das experiências de opressão e libertação, uma formação plena humana do trabalho que desencadeia em uma leitura de mundo, de campo, de ser humano, sociedade e direitos menos segmentada. O trabalho de base desenvolvido ao longo dos anos na luta e enfrentamento ao capital conduziu a avanços na organização das camponesas e dos camponeses na formação dos grupos de base, bem como acúmulo de práticas, análises das possibilidades e limitações. Processo de formação de militantes e dirigentes que resultou na elevação do nível de conhecimento e de consciências de todos, elemento fundamental da luta



de classes, que proporcionou condições para a compreensão da realidade como construção histórica da humanidade, valendo-se do método do Materialismo Histórico Dialético.

A intencionalidade dada ao processo formativo articula a direção do conhecimento e da ação, porém, todo processo de formação é carregado de conhecimento e intencionalidade, entretanto no decorrer do processo formativo o próprio conhecimento adquirido vai exercer-se sobre a intencionalidade. Como desdobramento da formação tem-se novas práticas sociais, novos valores, ética e moral (rompendo com a moral burguesa capitalista), novos padrões de comportamento.

O estudo envolve um longo processo de elaboração e reflexão sobre a prática concreta e exercida de forma planejada. Pode-se dizer que formação e estudo são indissociáveis na concepção do MPA. Estes são processos permanentes de elevação do nível de consciência da militância e da massa, movimento de apropriação de conteúdos, métodos e conceitos trabalhados em diferentes níveis, desde a base, passando pelos militantes e dirigentes, ponderados em dois campos complementares: Animação, ou seja, despertar o ânimo para a luta e alimentar a auto-estima; e Apropriação Sistemática de Conceitos, que significa a interpretação da realidade na perspectiva de classe (MPA, 2013b). Para o MPA a formação:

Tem como objetivo tornar comum as idéias, os valores, as linhas políticas que o Movimento defende e deve implementar. Ela tem sentido para construção da estratégia da organização. Os princípios da Metodologia participativa, do diálogo são as orientações pedagógicas para o desenvolvimento das atividades formativas. A formação é uma atividade permanente de conhecimento, fruto da ação e da reflexão (práxis), que possibilita aos camponeses as condições de vida digna, de libertação de todas as formas de opressão. A formação é um processo histórico que se efetiva dialeticamente pela superação constante das contradições subjetivas (consciência pessoal) e objetivas (momentos históricos da sociedade). A formação, que é o conhecimento, possibilita a atuação da organização na superação das contradições internas e externas. A formação objetiva elevar a consciência dos camponeses, diminuindo a autonomia dos inimigos e aumentando a sua própria autonomia e a da organização nos seus diferentes aspectos: **No controle do território; No desenvolvimento do modo de vida camponês; Na frustração da**



estratégia do inimigo; Na implementação do Plano Camponês (MPA, 2012, s/n. Grifos nosso).

O MPA tem a clareza de que este caminhar para ter efeito realmente efetivo deve contar com o envolvimento de todos e todas. Neste sentido, o desenvolvimento de seus trabalhos se dá no âmbito da família camponesa, e isso compreende a participação de homens, mulheres, jovens, anciãs como sujeitos partícipes de todo o processo. Destaca-se a contribuição e presença das mulheres na consolidação do MPA, acompanhando toda a trajetória do Movimento, incluindo posições de liderança no Movimento, enquanto muitas outras garantem as condições da participação dos companheiros.

Garantir efetivamente a participação das mulheres nos diversos espaços das organizações, nas mudanças necessárias ao campesinato, ao modelo de produção, demanda o envolvimento de toda a família no processo e com equidade, sendo o protagonismo da mulher um pilar estruturante:

As mulheres podem ser a “mola” impulsionadora da reconstrução do campesinato, e assim, precisam ser compreendidas pela organização camponesa. A ação política e econômica deve estar direcionada a homens e mulheres com o mesmo nível de intensidade e preocupação, mas o trabalho com as mulheres exige mais da organização, exige mais das próprias mulheres (MEURER, 2016, p. 18, aspas da autora).

Com esta clareza o MPA, gradativamente vai consolidando novas bases de organização visando garantir a efetiva participação das mulheres. Ao contar com a participação de uma mulher pela primeira vez na história do Brasil em uma greve de fome (Lurdes Rosseto, setembro de 1997), o MPA reafirmou e reafirma a importância da participação de todos os atores sociais na luta de classes, efetivamente realizada por meio de ações concretas dentro dos pilares que estruturam as desigualdades.

É importante destacar que a inserção das mulheres nos espaços organizativos dos movimentos sociais não se dá de forma passiva, ao contrário, os enfrentamentos e entraves são permanentes. Ainda hoje muitas não possuem poder de decisão e participação em instâncias deliberativas, não se constituem



como sujeitas, o que implica dizer que o domínio patriarcal se faz fortemente presente no cotidiano, tanto nos espaços públicos como privados da sociedade, reafirmando constantemente privilégios masculinos sem que seja necessário explicitar a discriminação ou a violência contra as mulheres.

Vale ressaltar que no campo esta realidade vem acompanhada de traços culturais ainda mais conservadores, pois a mulher participa de todo o processo produtivo e reprodutivo, entretanto seu trabalho é desvalorizado em relação ao dos homens, e o trabalho reprodutivo sequer é considerado como trabalho.

No campo o trabalho feminino é visto como ajuda, sustentando a concepção de que a mulher camponesa não é trabalhadora do campo, mas sim do lar. A discussão acerca da renda não monetária, resultado da produção para o sustento da família evidencia o lugar de produção das mulheres, ou seja, o lugar da produtora não só de serviços domésticos, mas de alimentos que contribuem para o sustento da família, que não são comercializados. Se o que a trabalhadora assentada, camponesa, faz não é trabalho, seu lar se torna invisível e ela também (MST, 2015, p. 4).

Andrioli (2016, p. 70) argumenta, a partir de uma perspectiva feminista, que: “[...] a perspectiva de ser humana remete à mulher sujeito, com conotação de protagonismo histórico, em contraponto à visão de cativos em que as mulheres eram simples objeto” (ANDRIOLI, 2016, p. 70). Destarte, é como seres humanos que conseguiremos fazer avançar nas ações no sentido de conquistarmos a igualdade substantiva (MÉSZÁROS, 2011), em prol de uma sociedade com equidade de gêneros.

Neste sentido, faz-se necessário destacar que mesmo diante da subordinação vivenciada pelas mulheres, os processos de construção de autonomia e identidades são constantes, pautados no reconhecimento e no auto-reconhecimento destas como sujeitas, ou seja, como processos em construção que modificam:

As estruturas identitárias históricas nas relações de gênero. [...] A autonomia modifica culturas simbólicas e estruturas sociais de poder. Significa ser humana, com poder de decidir sobre o corpo, alcançar direitos civis, estar em um patamar de igualdade com os homens. Autonomia caminha na direção de libertar-se dos estereótipos impostos pela sociedade patriarcal, libertar-se das amarras que a moral e os



valores impõem, é ter liberdade para decidir sobre a própria vida. É ser atriz, protagonista de sua própria história! (ANDRIOLI, 2016, p. 72).

Ao analisarmos estes elementos no bojo dos movimentos sociais populares, mais em específico no MPA, é notório que as mulheres questionam as programações ideológicas e políticas, possibilitando emergir um novo fazer político e novos lugares na luta camponesa, em ações que expressam o seu protagonismo. Não assistem passivamente as mudanças, mesmo diante da pouca compreensão e registro da memória dessa luta. “Trazer a existência política da mulher como força social significa desocultar lutas de mulheres para construir a sua própria história e ressignificar a resistência do campesinato” (NEVES; MEDEIROS, 2013, p. 254).

Diante dos elementos postos, é possível afirmar que as mulheres camponesas protagonizam processos de resistência e luta frente ao modelo de desenvolvimento imposto pelo capital e, internamente nos movimentos sociais populares, suas ações políticas apresentam resultados palpáveis, conduzindo ao reconhecimento dessa participação na construção do trabalho e das experiências de base e na atuação coerente nos níveis de direção das entidades e frentes de massa nos movimentos populares. Assim, romper com estereótipos de normatizações de construção feminina e masculina torna-se uma necessidade e um desafio, pois estes representam obstáculos ao avanço de propostas emancipatórias para todos/as (SILIPRANDI, 2009).

Neste sentido, Lusa (2017, p. s/n), abordando a perspectiva de identidades historicamente construída aponta para as duas tarefas necessárias a mulher camponesa:

A de se libertar do jugo de uma sociedade predominantemente patriarcal e machista sendo carregada de conceitos já estabelecidos que colocam o ser social – mulher - em uma posição de subalternidade, e a de construir uma nova identidade numa perspectiva de libertação.

A identidade de mulheres camponesas as aproximam da constituição de novas relações humanas e com a natureza, perpassando constantemente por processos de territorialização-desterritorialização-territorialização material e



imaterial. Ao focar sua atuação no sustento da vida, seus processos de emancipação, a geração de renda associada a continuidade da vida promovem a agroecologia em sua essência, tencionam a constituição de novas relações sociais e de sexo, uma outra sociedade com justiça social e equidade humana.

3 MULHER, MILITÂNCIA E EMPODERAMENTO

O caminho trilhado foi o de buscar compreender o processo histórico do MPA e a inserção das mulheres, bem como, o olhar que o Movimento lançou sobre a participação destas, desde sua emergência, em meados dos anos 90 até no surgimento do MPA Brasil, contando com participação ativa de mulheres camponesas que já atuavam nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e organizações populares.

Este processo permitiu-nos compreender que o MPA a nível nacional e estadual, em seu trabalho de base e formação, em sua atuação político-social fomenta a participação e protagonismo das mulheres ao mesmo tempo em que tenciona para a construção de novas relações sociais de classe, gênero e sexo, valorizando conhecimentos culturais regionais, bem como, se soma a lutas já existentes, tendo em seu Plano Camponês (2003) as bases para a construção de um Projeto Popular. Ao estar inserido na sociedade classes e de valores patriarcais, sofre as consequências, reproduzindo em diversos momentos princípios e (des)valores deste tipo societário, como apontado por Maria Aparecida o “[...] processo formativo contribui muito na clareza e formação político-ideológica social de luta dentro de uma classe com tamanha desigualdade social”. (VALENTE, Maria Aparecida. **Entrevista VI**. jun. 2019).

Este assumir, mesmo que com contradições e conflitos, como uma opção política, conduz a mudanças estruturais, significativas, concretas, pois se trata de um andar e agir no sentido de romper com todas as formas de dominação-



exploração que estruturam a sociedade capitalista. “Não basta mudar a sociedade, se as pessoas continuam as mesmas ou vice-versa. É necessário, que os processos caminhem conjuntamente, é a 'evolução dentro da revolução” (BRIXNER, s/d, p.9).

Ao se pautar no método do Materialismo Histórico Dialético em seu processo formativo, o MPA tem como meta superar o espontaneísmo e a consciência reificada, para, a partir das e nas lutas sociais populares construir uma perspectiva da construção consciente da identidade de classe. Isso significa a compreensão das contradições no âmbito da sociedade de classes, mas também, no cotidiano da vida, como afirma Filomena:

SCHELEGEL, Filomena Terezinha Zamboni. **Entrevista V** [jun. 2019]. O que isso é rico, rico demais, rico uma quantidade assim, sem dimensão, e que é, dentro desse processo formativo a gente vai, assim, pelo menos eu fui tendo a oportunidade de abrir a mente pra vários, é, várias situações que tenho a mais absoluta certeza que se não fosse é, ter a oportunidade de participar de um movimento social, de um movimento popular, jamais teria essa oportunidade de ter esse conhecimento, esse acúmulo é, que eu tenho hoje. Como mulher, como mãe, como ser humano, como trabalhadora, como pessoa.

O curso da pesquisa permitiu a ousadia de aproximarmos os elementos que compõe a amplitude das ações, organização, projeto e função o MPA com função e ações da Universidade como um todo, quando da análise do tripé que fundamenta as universidades: Ensino, Pesquisa e Extensão. O MPA ao longo de seus mais de 20 anos conseguiu desenvolver com maestria estes três preceitos, indo além deles, seja pelo público que abrange, em número e diversidade, pelas possibilidades de trocas e conhecimento territorial, em sua compreensão material e imaterial e pelas pesquisas, elaborações, amplitude de sua compreensão, leitura de mundo e perspectiva de implementação de um Projeto Popular, materializado em seu Plano Camponês (2003).

Esta aproximação também é perceptível pelas falas de três das quatro entrevistadas, que associaram o aprendizado que tiveram na militância como sendo mais denso que o oferecido em espaço acadêmico:



KUNRATH, Mirian M. **Entrevista III** [nov. 2018]. Assim, toda essa experiência de... de i pros espaços, de i pra universidade, de i conversa com as pessoas, de dialogar com outras, outras, é... organizações da sociedade, por exemplo com os professores com, sabe, com as mulheres urbanas. Assim, tudo isso eu devo ao movimento e, é isso que eu acho que nós precisamos garantir com as mulheres. Que as mulheres, elas possam assumir essa condição de vive e de se construir também na militância. Nós precisamos romper com a lógica de que a mulher precisa garantir essa reprodução na família, né. Que ela tem que se limitar a participar das coisas porque ela tem construído socialmente que a obrigação dela é o cuidado dos filhos e da casa. Então pra mim essa inserção foi libertadora. Eu, eu... eu não teria tido um acesso a nada nem ao conhecimento se eu não tivesse me inserido no movimento. Então se imagina o que que é... a grandiosidade disso.

SILVA, Ivanira Quevedo. **Entrevista IV** [jan. 2019]. Eu convivi com mulheres lutadoras que... de quem ajudou a construir o PT. De quem ajudou a construir a CPT. De quem estava nos espaços de formação. Professores, professoras mulheres lutadoras na região, de pessoas que escrevem e que escrevem livros, que fazem história. Então cada vez que a gente sentava era uma... era uma aula de história, né. Uma, uma aula de faculdade. Então assim a minha faculdade e entender um pouco mais a história das mulheres, i... i entender o que que a mulher é na sociedade foi muito mais nos diálogos de roda, em roda da mesa, de conversa com pessoas que tinha história pra contar.

SCHELEGEL, Filomena Terezinha Zamboni. **Entrevista V** [jun. 2019]. A importância de pode ta fazendo parte de um movimento social popular, digo que em nenhum banco de universidade a gente jamais teria a condição de ter a sabedoria, de ter a... o conhecimento acumulado que é... pela oportunidade de ser integrante de um movimento social popular. Seja na questão social, seja na questão cultural, seja na questão econômica, seja na questão política, seja na questão ideológica, seja na, enfim, em todos os âmbitos, por essa riqueza de ter a participação de pessoas, de trabalhadores do Norte a Sul do Brasil e para fora do Brasil, aonde a gente tem a oportunidade de conhecer outras culturas, outros jeitos de viver, outras formas de organização, outras visões de mundo. É... aprender com as dificuldades, a superar assim, é, dificuldades que, que a gente vai tendo enquanto ser humano e que a gente vai se espelhando em outras pessoas que também fazem parte da militância, dão essa contribuição pra gente, seja, um protagonismo melhor, tenha uma participação melhor e ter uma atitude melhor e uma condução, contribui para uma condução melhor é, das organizações populares do campo ou da cidade, ou do campo e da cidade.

Neste sentido, compreendemos que ao ter como metodologia de trabalho o ‘formar fazendo’, ‘formar na prática’, o ‘formar a ação’ o Movimento garante a perspectiva de formar sujeitos históricos com capacidade crítica de intervir conscientemente na sua realidade, mas com leitura de mundo, leitura esta adquirida pelo estudo, mas principalmente pela vivência, pelas trocas que



acontecem nos corredores, nas rodas de conversa, nas práticas, nos intercâmbios (nacionais e internacionais, entre camponeses/camponesas e pesquisadores/pesquisadoras), na valorização da sabedoria ancestral, na troca humana que acontece nestes espaços, no fomentar o conhecimento e a pesquisa camponesa que o camponês e a camponesa desenvolvem em suas propriedades, entre tantos outros.

Tudo isso está assentado no Plano Camponês (2003), sendo este mais que um Plano, é um Projeto Popular para a sociedade e que auxilia no desenvolvimento de estudos, estratégias e táticas para sua implementação, na certeza de que é possível construir coletivamente, uma outra perspectiva de sociedade, com equidade, empatia, sororidade, justiça e igualdade, mas que emerge da formação crítica e consciente. Esses elementos corroboram com as pontuações de Maria Aparecida: “Para mim o processo de formação foi muito importante, principalmente no trabalho em prol de uma sociedade mais justa e fraterna, que reine a partilha”. (VALENTE, Maria Aparecida. **Entrevista VI**. jun. 2019).

Outro elemento recorrente nas falas vincula-se a mudanças na perspectiva de vida destas mulheres, um rompimento com determinismos biológicos, com construções sociais de espaços de vivência e atuação, é um processo de se imporem diante das adversidades.

VALENTE, Maria Aparecida. **Entrevista VI** [jun. 2019]. Para ser uma mulher militante em um movimento social e no MPA, não é fácil. Tem que ultrapassar muitos caminhos pedregosos, quebrar muitas barreiras e tabus: primeiro ser independente. Muitas batem de frente até com os próprios familiares que são contra o trabalho de luta. Outras encontram dificuldades até com as mulheres ao seu redor, na comunidade. Fazem críticas, piadinhas, pouco caso.

Esta força feminina ganha amplitude a partir da formação possibilitada na militância do MPA, ao ganhar corpo se somando as demais mulheres que proporcionam nas trocas de experiências, saberes e desafios e, fundamentada



pelos estudos teóricos das lutas sociais, das concepções sobre o capitalismo, o patriarcado, relações de gênero, sexo, trabalho entre outros, processo este que podemos ponderar como de emancipação política, como expresso nas palavras de Mirian: “Pra mim significa libertação. Eu hoje, o que eu sei, as experiências que eu consegui viver foi tudo pelo movimento, assim, e vai desde o conhecimento, desde pode viajar, pode conhecer o Brasil” (KUNRATH, Mirian M. **Entrevista III**. nov. 2018). Constitui-se na militância um compromisso que se ancora na vida como um todo destas mulheres, com a luta de classes, carregado por toda a vida e por todos os espaços: “Eu acho que a militância ela tá no... ela tá no sangue, tá na raiz, tá impregnado no HD externo. Tu pode tirar ele, cola, gruda em qualquer outra coisa, mas ela vai continuar tando ali!”. (SILVA, Ivanira Quevedo. **Entrevista IV**. jan. 2019).

Do ponto de vista da constituição de identidades, do empoderamento e da libertação, o relato destas quatro mulheres nos faz compreender que uma mulher empoderada consegue envolver outras e contribuir ativamente com a formação de outras militantes camponesas, como nos relata Ivanira:

SILVA, Ivanira Quevedo. **Entrevista IV** [jan. 2019]. Eu posso dizer que eu ajudei na formação de novas mulheres militantes do MPA. Que eu fiz parte da formação daquelas mulheres e que se tu for hoje entrevistar uma Eula, uma Maria, uma não sei quem, elas vão dizer: “a Ivanira teve aqui. Fez parte da minha formação” [...] Eu aprendi, mas eu também fiz esse processo de troca. De formar várias pessoas, várias meninas novas com capacidade de ser liderança hoje e tão tocando e que formaram outras que tem capacidade de tá tocando.

Um processo de empoderamento individual com forte poder de transformação, em uma ação concreta, frente a condições muitas das vezes precárias, mas que ao se sentirem protagonistas de suas vidas, resistem e persistem no desejo de mudança conseguem transmitir a outras esta intencionalidade.

Todos os fatores anteriormente mencionados conduzem a uma compreensão da totalidade das ações das mulheres a partir da imagem de um



mosaico de vidro, em que cada mulher é um pedaço de vidro de diferentes tamanhos e com características diversas. Quando uma, seja pelo motivo que for deixa o mosaico, nada nem ninguém substitui e este espaço fica vazio e fragiliza as que dependiam desta para a sustentação, ao mesmo tempo que demanda que outras sejam mais fortes para que o mosaico se mantenha. Os espaços que ligam um pedaço de vidro ao outro são as diversas lutas, formações e enfrentamentos que cada uma realiza em função de si e do grande mosaico, o MPA, que só existe, porque existe cada peça, por mais pequena que seja, por mais insignificante que possa parecer.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere à formação do MPA, quando da análise de suas propostas formativas, percebemos que este desenvolve seus trabalhos na perspectiva de ressignificação social a partir do campesinato, fomentando processos de construção de consciências e constituição de identidades de classe trabalhadora e camponesa, pautando esses elementos no estudo dos grandes teóricos, mas também no campo da pesquisa, na valorização dos conhecimentos empíricos populares de resistência e na construção de conhecimentos e tecnologias pautados em pesquisas de campo e acadêmicas, experimentos, entre outros, que contemplem a diversa realidade camponesa. Elementos que fomentam a formação do sujeito camponês e camponesa.

A pesquisa bibliográfica, análise dos materiais do MPA e entrevistas realizadas com as quatro mulheres camponesas militantes dirigentes do MPA Paraná apontou para quatro elementos fundamentais nos processos de inserção destas nas lutas sociais populares e a se insurgirem contra as condições ditas como “naturais”:

Primeiro: As mulheres se lançam ao enfrentamento a uma situação dada, seja esta grande junto às lutas sociais populares maiores ou a transpor lutas do



seu cotidiano. Estes enfrentamentos não estão necessariamente ligados ao conhecimento teórico, mas a um desejo que as faz lançar-se nas lutas. Neste sentido, o estar ou inserir-se nas lutas sociais populares organizadas, na ação coletiva, vem somar forças junto ao enfrentamento, para o que o acesso ao conhecimento teórico auxilia na melhor compreensão das contradições.

Segundo: O conhecimento teórico possibilita uma leitura de mundo e de realidade que, quando contrastado com a realidade apontada pelas entrevistas, ganha outra conotação, possibilitando alterar a leitura da realidade particular e coletiva, que se desdobra no entendimento e associação dos modos de enfrentamentos que cada uma realiza em seu cotidiano e na sua condição. Uma possibilidade de leitura mais humana das relações que as mulheres precisam estabelecer diante das adversidades do cotidiano para resistir, mas ao mesmo tempo o desejo de que as transformações ocorram no âmbito de todos os membros da família, o que faz com que muitas aceitem ou se sujeitem a determinadas situações.

Terceiro: Relaciona-se à compreensão de que o conhecimento teórico das relações sociais, das relações de poder que se estabelecem, bem como a militância junto aos movimentos sociais populares que dialogam com a construção de novas relações de gênero, não são garantias para que ocorram novas relações no interior das famílias. São processos complexos de desconstrução e reconstrução que demandam abertura e persistência. Por vezes o desafio para transformar as relações patriarcais na família é maior que a construção de novas relações no entorno vivido, pois muitas mulheres conseguem estabelecer-se como referência comunitária, mas tem dificuldades de superação e de incorporação de novas relações de gênero, sexo e poder no seio familiar.

Quarto: A força feminina presente nas ações de resistência e de enfrentamento convertem-se em um processo de empoderamento coletivo, por meio de trocas comunitárias, nas lutas, na transmissão de conhecimentos e



força ancestrais. A conquista de uma mulher constitui-se em meio para que outras possam caminhar na militância e efetivar a emancipação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRIOLI, Líria Ângela. **Religiosidade e mística no movimento de mulheres agricultoras de Santo Cristo/RS: um processo de constituição de identidades por meio da educação popular.** 162 p. Tese (Doutorado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí e Santa Rosa). Ijuí, 2016.

BOGO, Ademar. O papel da formação no trabalho de base. In.: MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **Método de trabalho de base e organização popular.** Caderno de Formação nº 38, Setor de Formação - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2009. p. 121-130.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** A condição feminina e a violência simbólica. 3. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

BRIXNER, Saraí Fátima. **Coletivo de mulheres do MPA: Uma Abordagem Pedagógica.** S/d, Mimeo, 10 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** São Paulo: UNESP, 2004.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. **Trincheiras da resistência camponesa.** Sob o pacto de Poder do Agronegócio. Candiota: Instituto Cultural Padre Josimo, 2017.

LUSA, Mariliz Gribotti. Movimentos sociais e mulheres: identidades e lutas. **VIII Jornada Internacional Políticas Públicas.** Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luiz, Maranhão, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/movimentossociaisemulheresidentidadeselutas.pdf>. Acesso em: 11/01/2020.

MEURER, Leila Denise. et al. A trajetória histórica das mulheres no Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e suas contribuições ao Plano Camponês. In: TAVARES, Joselita. COSTA, Josineide. FAGUNDES, Marli (org). **Diversidade produtiva das mulheres do MPA.** São Paulo: Expressão Popular, 2016, p. 11-18.



MÉSZÁROS, István. A libertação das mulheres: a questão da desigualdade substantiva. In.:_____. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. MPA e a Resistência Camponesa. História Propostas, Princípios e Organização. Brasília, 2005.

_____. Elementos para a retomada do Debate do Plano de Construção Nacional. Aracajú: MPA, 2012. Mimeo. 15 p.

_____. I Seminário Nacional de Formação do MPA. Brasília, 2013. Mimeo, p. 52.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. Soberania alimentar e a Reforma Agrária Popular. Caderno de Formação 3: Setor de Gênero. Lunagraf: Curitiba, 2015.

NEVES, Delma Pessanha. MEDEIROS, Leonilde Servolho de (orgs.). **Mulheres camponesas:** Trabalho produtivo e engajamento político. Niterói: Alternativa, 2013.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e agroecologia** : a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.2009. 291 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

Recebido em: 26-05-2020
Aceito em: 20-07-2020

